

/ EDITORIAL

Big techs: o desafio da regulação sem limitar a tecnologia

A discussão sobre quem deve estabelecer limites das tecnologias capazes de interferir no trabalho, na economia, na segurança e na circulação de informações se tornou mais presente. O debate ganhou força nas últimas semanas diante dos alertas de profissionais do próprio setor sobre os riscos associados à evolução da inteligência artificial.

Nos Estados Unidos, o governo tem apostado na autorregulação. Executivos de grandes empresas de inteligência artificial, chamadas de big techs, assinaram um compromisso voluntário de segurança, com controles internos e auditorias, mas sem obrigações legais. A decisão traz o questionamento sobre até que ponto empresas interessadas na expansão da tecnologia podem estabelecer seus próprios limites.

Em entrevista ao *Jornal do Comércio* na semana passada, o CTO da Lenovo, Ed Soo Hoo, defendeu outro caminho. Para ele, as empresas devem participar da discussão, mas não definir sozinhas as regras. Ao mesmo tempo, defendeu a cooperação entre governos e companhias, lembrando que o poder público muitas vezes se movimenta lentamente enquanto as empresas avançam rapidamente.

Não há ainda um modelo único adotado no mundo. A União Europeia adotou regras mais rígi-

das para as grandes plataformas e também criou uma legislação específica para a inteligência artificial, baseada nos riscos apresentados pelos sistemas. Os Estados Unidos, por sua vez, dão maior espaço para o mercado e atuação regulatória em áreas específicas.

O Brasil também busca seu modelo. O Projeto de Lei (PL) 4.675/2025 pretende ampliar a atuação do Cade sobre grandes plataformas digitais, estabelecendo mecanismos para combater práticas que prejudiquem a concorrência. Já o PL 2.338/2023, em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe um marco regulatório específico para a inteligência artificial.

Há argumentos relevantes dos dois lados. Regras claras podem proteger consumidores, estimular a concorrência, aumentar a transparência e estabelecer responsabilidades. Em contrapartida, uma legislação muito rígida ou incapaz de acompanhar a velocidade das transformações pode aumentar custos, criar barreiras e desestimular a inovação.

O desafio da regulação das big techs está em encontrar um ponto de equilíbrio. Regular não deve significar impedir a inovação, mas sim estabelecer responsabilidades para que as novas tecnologias avancem preservando direitos, segurança e interesse público.

Uma legislação muito rígida pode criar barreiras para empresas menores e desestimular a inovação

/ DESTAQUES NA EDIÇÃO DIGITAL

f jornaldocomercio i jornaldocomercio t JC_RS y JornalDoComercioRS in company/jornaldocomercio



O Viaduto Otávio Rocha, no Centro Histórico de Porto Alegre, passou por uma revitalização e agora abriga 29 espaços comerciais. Entre as novidades, estão um bar, cafeteria, loja de vinhos e de discos de vinil. Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista à reportagem do GeraçãoE com Júlia Fernandes e Jamil Aiquel e edição de Nathan Lemos.



A Casa Guapé, localizada em uma residência tombada de 1940 no bairro Petrópolis, Porto Alegre, combina padaria e bistrô com foco em insumos naturais. Idealizada pelos irmãos Túlito e João Henrique Meinke, o espaço busca ser um ponto de convivência para os moradores da região. Mire o QR Code e assista à reportagem de Manuela Cassano.

Para acessar, aponte a câmera do seu celular para o QR Code

/ FRASES E PERSONAGENS

“Para que as pessoas possam continuar a aprender, é preciso reconhecer a própria capacidade de criar.” **Sônia Bier**, gerente-executiva de Educação Básica do Sesi-RS.

“A abertura do mercado livre de energia exigirá uma abordagem mais ampla de governança. Não será suficiente acompanhar apenas o equilíbrio físico e energético do sistema. Questões como capital de giro, liquidez, robustez dos contratos, análise de crédito, mecanismos antifraude e práticas comerciais terão importância crescente para a sustentabilidade do varejo.” **Guilherme Susteras**, especialista no setor de energia.

“O resseguro existe justamente para dispersar riscos além das fronteiras nacionais. Para uma economia como a brasileira, com grande diversidade de exposições, o acesso a mercados internacionais amplia a capacidade de subscrição e torna o uso de capital mais eficiente. O problema é que a fragmentação financeira pode dificultar essa lógica. Restrições a fluxos transfronteiriços, exigências prudenciais diferentes entre jurisdições, sanções e mecanismos de segregação de capital podem tornar mais difícil a transferência internacional dos riscos.” **Rafaela Barreda**, presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber).



FENABER/DIVULGAÇÃO/JC

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

www.jornaldocomercio.com

Diretor-Presidente
Giovanni Jarros Tumelero

Editor-Chefe
Guilherme Kolling

direcao@jornaldocomercio.com.br
editorchefe@jornaldocomercio.com.br

Av. Ipiranga, 6.681
Tecnopuc - Prédio 99 - 4º andar
Porto Alegre, RS • CEP 90619-900
Atendimento ao Assinante: (51) 3213.1300

Conselho

Presidente:
Mércio Cláudio Tumelero

Membros do Conselho:
Cristina Ribeiro Jarros
Jenor Cardoso Jarros Neto
Valéria Jarros Tumelero

Fundado em 25/5/1933 por
Jenor C. Jarros
Zaida Jayme Jarros

/ CENÁCULO/REFLEXÃO

Uma mensagem por dia

Muitas vezes, quando precisam de ajuda, as pessoas não esperam somente frases feitas, mas sim ser compreendidas. Para Tagore, “Ouvir é amar”. Para entender os semelhantes, tente compreender não apenas o que dizem, mas o que não conseguem dizer.

Meditação

Acolha em seu íntimo o silêncio dos irmãos.

Confirmação

“O que adianta alguém dizer que tem fé se não a põe em prática? Imaginai que um irmão ou uma irmã não têm o que vestir e que lhes falta a comida de cada dia; se então algum de vós disser a eles: ‘Ide em paz, aquecei-vos’ e ‘Comei à vontade’, sem lhes dar o necessário para o corpo, que adianta isso? Assim também a fé: se não se traduz em ações, por si só está morta” (Tg 2,14-17).

Rosemary de Ross/Editora Paulinas